



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte III

Grau de sigilo
#PUBLICO

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 785211 / 2013 / MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA

PROCESSO Nº 2692.1005401-13 / 2013

MINISTÉRIO DAS CIDADES

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério das Cidades, o COMPROMISSÁRIO deve:

- a) transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- b) apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- c) estar ciente que a não aprovação pela COMPROMITENTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- d) estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
- e) prever nos contratos administrativos (CTEF) que tenham como objeto a supervisão, fiscalização e gerenciamento do objeto pactuado neste Termo de Compromisso, cláusula específica que permita diminuição ou supressão da remuneração contratada, nos casos ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente.

Utilizar a alínea abaixo nas operações selecionadas no âmbito do Ministério das Cidades, ações de Mobilidade Urbana

- f) prever no edital de licitação e no contrato de execução e/ou fornecimento a obrigatoriedade de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, conforme previsto no Decreto nº 7.888, de 15/01/2013, bem como apresentar à COMPROMITENTE, quando da entrega dos documentos relativos ao(s) processo(s) licitatório(s), declaração atestando que previram essa obrigatoriedade nos editais de licitação e contratos de execução e/ou fornecimento.

Caruaru / PE, 23 de dezembro de 2013

Local/data

DENIS MENDES DE MELO MATIAS
Superintendente Regional
Mat. C059251-0
Pra. Centro Oeste de Pernambuco
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: DENIS MENDES DE MELO MATIAS

CPF: 003.125.337-60

Testemunhas

Nome: LUCIANA BARBOSA ALVES FLORENCIO

CPF: 901.093.414-49

Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: ZENILTON MIRANDA VIEIRA

CPF: 302.342.553-15

Nome: GLAUCELY SIMONE DE LIMA E SILVA

CPF: 340.847.204-10



Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória

Grau de sigilo
#PUBLICO

TERMO DE COMPROMISSO Nº 785211 / 2013 - PE

O MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITA - PE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.049.814/0001-37, com sede R. SEN. VIRGILIO DE CARVALHO -S/N -, GLORIA DO GOITA-PE neste ato representado por ZENILTON MIRANDA VIEIRA, Prefeito(a), portador do CPF nº. 302.342.553-15 e do RG 5.346.759 SSP/PE compromete-se perante a União executor, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, a ação definida como integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos termos da Portaria MPOG nº 524, de 19 de dezembro 2013, descrita nos Anexos e no Plano de Trabalho.

Declara que os recursos necessários à composição da contrapartida estão assegurados na forma da Lei Orçamentária Anual nº 1.100/2012 de 23 de novembro de 2012 deste MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITA - PE, conforme cópias anexas.

Caruaru / PE, 23 de dezembro de 2013



Assinatura do Representante Legal



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I

Grau de sigilo
#PUBLICO

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 785211 / 2013 / MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA
PROCESSO Nº 2692.1005401-13 / 2013

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTERIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITA - PE, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MCID/PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO.

Pelo Termo de Compromisso nº 785211 / 2013, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado, o repasse de recursos do Orçamento Geral da União a título de transferência obrigatória, em conformidade com as Partes integrantes deste Termo de Compromisso e com a seguinte regulamentação em conformidade com as disposições contidas na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007 e na Portaria MPOG nº 524, de 19 de dezembro de 2013, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, nas diretrizes operacionais estabelecidas pelo MINISTERIO DAS CIDADES para o exercício, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o MINISTERIO DAS CIDADES e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais as partes, desde já, se sujeitam, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – COMPROMITENTE – A União Federal, por intermédio do Concedente MINISTERIO DAS CIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por DENIS MENDES DE MELO MATIAS, RG nº 11615009-5 / IFF/RJ, CPF nº 003.125.337-60, residente e domiciliado em CARUARU-PE, conforme procuração lavrada em notas do 2º. TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA, no livro 3008, fls 009, em 01/04/2013 e substabelecimento lavrado em notas do Serviço Notarial Francisco Gomes 3º Ofício de Notas de Olinda, no livro nº 012-S, em 01/08/2013, doravante denominada simplesmente COMPROMITENTE.

II – COMPROMISSÁRIO – MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITA - PE, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 11.049.814/0001-37, neste ato representado pelo respectivo Prefeito, Sr. ZENILTON MIRANDA VIEIRA, portador(a) do RG nº 5.346.759 SSP/PE e CPF nº 302.342.553-15, residente e domiciliado(a) à R. SEN. VIRGILIO DE CARVALHO -S/N -, GLORIA DO GOITA-PE, doravante denominado(a) simplesmente COMPROMISSÁRIO.

OBJETO DO ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA

Pavimentação de diversas ruas.

MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)

GLORIA DO GOITA - PE.

CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Documentação: Titularidade da área, projeto de engenharia e licenciamento ambiental.

Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: (240) dias.

Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 30 dias.

DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos reais).

Recursos da Contrapartida aportada pelo COMPROMISSÁRIO R\$ 4.700,00 (quatro mil, setecentos reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 300.000,00 (trezentos mil e reais).

Nota de Empenho nº 2013NE800813, emitida em 26/08/2013, no valor de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 0001.

Programa de Trabalho: 1545120541D73 0026.

Natureza da Despesa: 444042.

Conta Corrente Vinculada do COMPROMISSÁRIO: 3536.006.00647005-1.

PRAZOS

Data da Assinatura do Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória e respectivas Partes: 23/12/2013.

Término da Vigência Contratual: 31/12/2014.

Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 20 anos contados da aprovação da prestação de contas pela COMPROMITENTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.

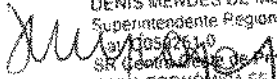
FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de PERNAMBUCO.

ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao COMPROMISSÁRIO: R. SEN. VIRGILIO DE CARVALHO -S/N - GLORIA DO GOITA-PE.
Endereço para entrega de correspondências à COMPROMITENTE: R. BARAO DE PORTO SEGURO, 180, CARUARU - PE.

DENIS MENDES DE MELO MATIAS
Superintendente Regional
CPF: 003.125.337-60
SR (Seção Judiciária de Pernambuco)
CAMPUS ECONÔMICO FEDERAL



Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: DENIS MENDES DE MELO MATIAS

CPF: 003.125.337-60

Testemunhas



Nome: LUCIANA BATISTA ALVES FLORENCIO

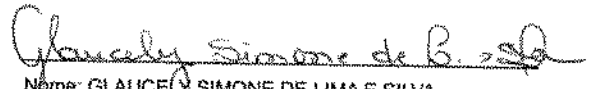
CPF: 901.093.414-49



Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: ZENILTON MIRANDA VIEIRA

CPF: 302.342.553-15



Nome: GLAUCELY SIMONE DE LIMA E SILVA

CPF: 340.847.204-10

**ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA Nº 785211 /2013/MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA
PROCESSO Nº 2692.1005401-13 / 2013**

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Termo de Compromisso, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I;
- b) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte II;
- b) o Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte III, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo COMPROMISSÁRIO de toda a documentação no prazo fixado no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I e à análise favorável pela COMPROMITENTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O COMPROMISSÁRIO, desde já e por este Instrumento, reconheça e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela COMPROMITENTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Termo de Compromisso, independente de notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Compromisso, são obrigações das partes:

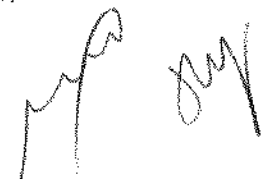
2.1 – DA COMPROMITENTE

- I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Termo de Compromisso, após atendimento dos requisitos pelo COMPROMISSÁRIO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da COMPROMITENTE;
- IV. transferir ao COMPROMISSÁRIO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- VII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Termo de Compromisso independente de autorização judicial;
- VIII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo COMPROMISSÁRIO, bem como notificá-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

2.2 – DO COMPROMISSÁRIO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Termo de Compromisso e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. manter em agência da CAIXA conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso;

- IV. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Termo de Compromisso;
- V. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- VI. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à COMPROMITENTE sempre que houver alterações;
- VII. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Termo de Compromisso, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade domínial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VIII. compatibilizar o objeto do Termo de Compromisso com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- IX. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Compromisso, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- X. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela COMPROMITENTE ou pelos órgãos de controle;
- XI. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Termo de Compromisso;
- XII. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XIII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XIV. no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à COMPROMITENTE declaração firmada pelo representante legal do COMPROMISSÁRIO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XV. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo COMPROMISSÁRIO a impossibilidade de sua utilização;
- XVI. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do COMPROMISSÁRIO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XVII. no caso da contratação de prestação de serviços, apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XVIII. prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- XIX. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XX. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXI. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Termo de Compromisso, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXIII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Termo de Compromisso, comunicando tal fato à COMPROMITENTE;
- XXIV. apresentar à COMPROMITENTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Termo de Compromisso, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXV. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Termo de Compromisso prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXVI. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Compromisso, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXVII. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela COMPROMITENTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXVIII. fornecer à COMPROMITENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XXIX. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Termo de Compromisso, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do COMPROMITENTE e do Concedente, como entes participantes, obrigando-se o COMPROMISSÁRIO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Termo de Compromisso, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;



- XXXI. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Termo de Compromisso e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
- XXXII. prestar contas dos recursos transferidos pela COMPROMITENTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Termo de Compromisso;
- XXXIII. propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a COMPROMITENTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- XXXIV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Compromisso, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXXV. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XXXVI. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso em cademeta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Termo de Compromisso também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XXXVII. comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes da transferência efetuada pela União, bem como promover adequadamente sua manutenção;
- XXXVIII. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Termo de Compromisso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A COMPROMITENTE transferirá, ao COMPROMISSÁRIO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Termo de Compromisso de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O COMPROMISSÁRIO aportará, ao Termo de Compromisso, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Termo de Compromisso de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do COMPROMISSÁRIO destinados ao Termo de Compromisso, figurarão no Orçamento do COMPROMISSÁRIO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Termo de Compromisso terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do COMPROMISSÁRIO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Termo de Compromisso, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O COMPROMISSÁRIO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da COMPROMITENTE para o início da execução do objeto deste Termo de Compromisso.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da COMPROMITENTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela COMPROMITENTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo COMPROMISSÁRIO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela COMPROMITENTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do Termo de Compromisso devidamente atestada pela fiscalização do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Termo de Compromisso correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Termo de Compromisso mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Termo de Compromisso fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o COMPROMISSÁRIO incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do termo de compromisso, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio COMPROMISSÁRIO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

a) por ato da autoridade máxima do Concedente;

b) na execução do objeto pelo COMPROMISSÁRIO por regime direto;

c) no ressarcimento ao COMPROMISSÁRIO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Termo de Compromisso, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela COMPROMITENTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela COMPROMITENTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Termo de Compromisso, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Termo de Compromisso e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Termo de Compromisso, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo COMPROMISSÁRIO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o COMPROMISSÁRIO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Termo de Compromisso para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o COMPROMISSÁRIO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Compromisso, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta)

dias do evento, na forma indicada pela COMPROMITENTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do COMPROMISSÁRIO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Termo de Compromisso. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.4 – Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela COMPROMITENTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do COMPROMISSÁRIO, estes serão imediatamente devolvidos pela COMPROMITENTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o COMPROMISSÁRIO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à COMPROMITENTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Termo de Compromisso serão de propriedade do COMPROMISSÁRIO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à COMPROMITENTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Termo de Compromisso, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da COMPROMITENTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Termo de Compromisso, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o COMPROMISSÁRIO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da COMPROMITENTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Termo de Compromisso e a especificação da despesa, nos termos do Artigo 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do COMPROMISSÁRIO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Termo de Compromisso, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Termo de Compromisso.

10.1.1 – O COMPROMISSÁRIO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à COMPROMITENTE sempre que houver solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à COMPROMITENTE nas condições fixadas no Termo de Compromisso.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a COMPROMITENTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o COMPROMISSÁRIO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a COMPROMITENTE registrará a inadimplência no SICONS por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Termo de Compromisso firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à COMPROMITENTE, e inserir no SICONS documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O COMPROMISSÁRIO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela COMPROMITENTE, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do COMPROMISSÁRIO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a COMPROMITENTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela COMPROMITENTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da COMPROMITENTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Compromisso será obrigatoriamente destacada a participação da COMPROMITENTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciará-se na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Termo de Compromisso, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da COMPROMITENTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Termo de Compromisso poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Termo de Compromisso o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela COMPROMITENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Termo de Compromisso, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do COMPROMISSÁRIO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Termo de Compromisso, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Termo de Compromisso, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao COMPROMISSÁRIO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente Termo e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da Legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Termo de Compromisso, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo COMPROMISSÁRIO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da COMPROMITENTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Termo de Compromisso, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida “de ofício” pela COMPROMITENTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao COMPROMISSÁRIO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Termo de Compromisso será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Termo de Compromisso, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela COMPROMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Termo de Compromisso deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

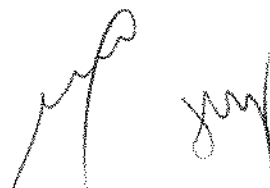
19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20 – Fica eleito o foro descrito no Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte I para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Caruaru / PE, 23 de dezembro de 2013
Local/data



DENIS MENDES DE MELO MATIAS

Assistente Registrado

05825-73

Associação de Economistas do Rio de Janeiro

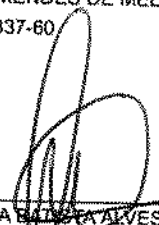


Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: DENIS MENDES DE MELO MATIAS

CPF: 003.125.337-60

Testemunhas



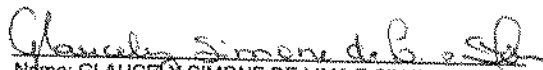
Nome: LUCIANA BATISTA ALVES FLORENCIO

CPF: 901.093.414-49

Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: ZENILTON MIRANDA VIEIRA

CPF: 302.342.553-15



Nome: GLAUCELY SIMONE DE LIMA E SILVA

CPF: 340.847.204-10



Anexo ao Termo de Compromisso – Transferência Obrigatória – Parte III

Grau de sigilo
#PUBLICO

ANEXO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 785211 / 2013 / MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA

PROCESSO Nº 2692.1005401-13 / 2013

MINISTÉRIO DAS CIDADES

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério das Cidades, o COMPROMISSÁRIO deve:

- a) transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- b) apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- c) estar ciente que a não aprovação pela COMPROMITENTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- d) estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
- e) prever nos contratos administrativos (CTEF) que tenham como objeto a supervisão, fiscalização e gerenciamento do objeto pactuado neste Termo de Compromisso, cláusula específica que permita diminuição ou supressão da remuneração contratada, nos casos ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente.

Utilizar a alínea abaixo nas operações selecionadas no âmbito do Ministério das Cidades, ações de Mobilidade Urbana

- f) prever no edital de licitação e no contrato de execução e/ou fornecimento a obrigatoriedade de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, conforme previsto no Decreto nº 7.888, de 15/01/2013, bem como apresentar à COMPROMITENTE, quando da entrega dos documentos relativos ao(s) processo(s) licitatório(s), declaração atestando que previram essa obrigatoriedade nos editais de licitação e contratos de execução e/ou fornecimento.

Caruaru / PE , 23 de dezembro de 2013

Local/data

DENIS MENDES DE MELO MATIAS
Superintendente Regional
Mat. C059251-8-4
AR Centro (Cidade de Pernambuco)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assinatura do COMPROMITENTE

Nome: DENIS MENDES DE MELO MATIAS

CPF: 003.125.337-60

Testemunhas

Nome: LUCIANA BATISTA ALVES FLORENCIO

CPF: 901.093.414-49

Assinatura do COMPROMISSÁRIO

Nome: ZENILTON MIRANDA VIEIRA

CPF: 302.342.553-15

Nome: GLAUCÉY SIMONE DE LIMA E SILVA

CPF: 340.847.264-10



em: Inscricoes/contratos de repasse intermediados: cnpj 03.173.317-0001-18; cnpj 744732/2013 inas-caixa siginf 1011527-20; objeto contratação da rede dos serviços de proteção social básica com inclusão de centro de referência de assistência social - cras; programa mcd/maas - suas - proteção social básica - cras; valor: R\$ 385.000,00; dos recursos: R\$ 350.000,00; emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 556015, gestão 0001, programa de trabalho 082442032101000042, de 2013NE000289, de 11-12-2013 e R\$ 35.000,00 a conta de contrapartida, vigência 30-04-2013 - data e assinaturas: 26-12-2013, cláudio galeazzi rubio, miseto haefluka sefer.

empresário: município de paranaíba; cnpj 83.343.113-0001-00; cnpj 783761-2013 inas-caixa siginf 1005716-01; objeto aquisição de matéria-prima mecanizada; programa mapa apoio descentralizado do setor agropecuario - somente aquisição; valor: R\$ 300.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00; emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 115098, gestão 0001, programa de trabalho 20608291420100054, de 2013NE000682, de 23-08-2013 e R\$ 7.500,00 a conta de contrapartida, vigência 30-05-2013 - data e assinaturas: 20-12-2013, paulo antunes de saqueira, thiago robalino de saqueira.

incubadora: município de pedra bonitas; cnpj 03.352.986-0001-57; cnpj 793788/2013 inas-caixa siginf 1010414-57; objeto obra de recuperação, pavimentação asfáltica e drenagem em vias públicas urbanas - programa mcd/planej urbano - pavimentação; valor: R\$ 1.020.000,00; dos recursos: R\$ 987.000,00; emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, gestão 0001, programa de trabalho 15451205410730042, de 2013NE002629, de 06-11-2013 e R\$ 12.000,00 a conta de contrapartida, vigência 30-04-2013 - data e assinaturas: 26-12-2013, paulo antunes de saqueira, francisco vanderley maria.

RETRACÇÕES

Contrato de Repasse nº 794666/2013 (SIGINF 1010925-569) Contratos CAIXA-MDS/FNAs, Contratado Município de Curitiba/MS, D03/281 de 27-12-2013, seção 3, página 89, onde se lê vigência 30-04-2013, a ser alterada para 30-04-2013, e no item 1.2, onde se lê vigência 30-04-2013, a ser alterada para 30-04-2013.

Contrato de Repasse nº 796629/2013 (SIGINF 1011878-099) Contratos CAIXA-MDA, Contratado Município de Congonhas/MS, D01/249 de 24-12-2013, seção 3, página 73, onde se lê sig 490012, a ser alterada para 135 1350003.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CARUARU

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Extrato de Termos de Compromisso celebrado entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305-0001-04 e os seguintes contratados:

Especiê: Termo do Compromisso nº 1.808.577-74/2013 MCHDAS-SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, CNPJ 1009150-00001-63/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação em Parellepipedo da 2ª etapa da Rua Manoel Monteiro da Fátima do município de Santa Cruz do Capibaribe, PE, Programa MCD/Planejamento Urbano - Pavimentação; Valor: R\$ 284.340,00. Dos recursos: R\$ 255.740,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 073035 NE 2013NE002127 de 06-11-2013 e R\$ 28.600,00 de contrapartida, Vigência 19-06-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, DENIS MENDES DE MELO MATAIS e ZENILTON MIRANDA VIEIRA.

Extrato de Contratos de Repasse celebrados entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305-0001-04 e os seguintes contratados:

MCHDAS-GLÓRIA DE GOIÁ-PE, CNPJ 1049914-0001-37 CTR 1.808.409-53/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação de diversas ruas; Programa MCHDAS-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 260.000,00. Dos recursos: R\$ 255.740,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 073035 NE 2013NE001789 de 06-11-2013 e R\$ 4.260,00 de contrapartida, Vigência 20-06-2015 - Data e Assinaturas: 24-12-2013, DENIS MENDES DE MELO MATAIS e ZENILTON MIRANDA VIEIRA.

MCHDAS-GLÓRIA DE GOIÁ-PE, CNPJ 1049914-0001-37 CTR 1.808.409-53/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação de diversas ruas; Programa MCHDAS-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 300.000,00. Dos recursos: R\$ 295.300,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 073035 NE 2013NE000813 de 26-06-2013 e R\$ 4.700,00 de contrapartida, Vigência 20-06-2015 - Data e Assinaturas: 23-12-2013, DENIS MENDES DE MELO MATAIS e ZENILTON MIRANDA VIEIRA.

MCHDAS-GLÓRIA DE GOIÁ-PE, CNPJ 1049914-0001-37 CTR 1.808.409-53/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação de diversas ruas; Programa MCHDAS-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 300.000,00. Dos recursos: R\$ 295.300,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 073035 NE 2013NE000813 de 26-06-2013 e R\$ 4.700,00 de contrapartida, Vigência 20-06-2015 - Data e Assinaturas: 23-12-2013, DENIS MENDES DE MELO MATAIS e ZENILTON MIRANDA VIEIRA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/acesso/pt/imprensa>, pelo código 00932013122000123

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CAXIAS DO SUL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305-0001-04 e os seguintes contratados:

MCHDAS-NOVA BASSANO, CNPJ 87.582.894-0001-04 CTR 1011901-08/2013-MDA/CAIXA; Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA, Programa: PRONAT - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS; Valor: R\$ 234.000,00. Dos recursos: R\$ 200.000,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 155003, Gestão 00001, Programa de Trabalho 21427202921000043, NE 2013NE000773 de 13-12-2013, e R\$ 34.000,00 de contrapartida, Vigência 18-07-2015 - Data e Assinaturas: 28-12-2013, Ruben Váler Grams e Dirceu Luiz Paolino.

MCHDAS-CASCA, CNPJ 87.589.621-0001-57 CTR 1009081-24/2013-MCHDAS/CAIXA; Objeto: PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS DO PERÍMETRO URBANO DE CASCA-RS. Programa: PLANEJAMENTO URBANO; Valor: R\$ 251.000,00. Dos recursos: R\$ 245.830,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE002629 de 06-11-2013, e R\$ 5.170,00 de contrapartida, Vigência 30-11-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ruben Váler Grams e Alan Martins das Chagas.

MCHDAS-BOM JESUS, CNPJ 87.851.280-0001-38 CTR 4012091-12/2013-MCHDAS/CAIXA; Objeto: REQUALIFICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CIRCUÍ DA AVENIDA MANOEL SILVEIRA DE AZEVEDO (TRECHO), NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RS. Programa: PLANEJAMENTO URBANO; Valor: R\$ 500.000,00. Dos recursos: R\$ 493.100,00 emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE003016 de 23-12-2013, e R\$ 6.900,00 de contrapartida, Vigência 30-11-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ruben Váler Grams e Frederico Azeite Becker.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CHIAPECO

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse ou Contrato(s) de Transfêrencia celebrado(s) entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305-0001-04 e os seguintes contratados:

MCHDAS-MUNICÍPIO DE BANDERANTES/SC, CNPJ 01.812.528-0001-84; Convênio 791380/2013; CONTRATO 1009066-41/2013 MCHDAS/CAIXA; Objeto: Pavimentação de vias públicas e passagens públicas, em trecho da Rua São Miguel, Rua 1ª de Maio e Rua João R. Matagão, Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 466.271,58.000,00; dos recursos: R\$ 344.750,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE002629, de 14-11-2013 e R\$ 121.521,58 de contrapartida, Vigência 31-03-2016 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e José Carlos Berber.

ATERRO-MUNICÍPIO DE CAIBI - SC, CNPJ 82.040.776-0001-56; Convênio 791920/2013; CONTRATO 1009532-33/2013 MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA; Objeto: Pavimentação com Pedras de Basalto Irregulares-Paralelepipedo trecho 1 e 2 da rodovia CAI-005 e 010, estrada de acesso ao Santuário N.S. da Salete (Estrada 1), Programa MTUR INFRAESTRUTURA TURÍSTICA; Valor: R\$ 253.500,00 - dos recursos: R\$ 243.750,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 154007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 2305207610000042, NE 2013NE000916, de 21-11-2013 e R\$ 9.750,00 a conta de contrapartida, Vigência 19-06-2015 - Data e Assinaturas: 19-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Hilari Meun.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE CHIAPECO - SC, CNPJ 83.021.808-0001-82; Convênio 789321/2013; CONTRATO 1007828-99/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Execução de Passarelas Públicas Junto ao Parque de Exposições Tancredi de Almeida Neves - Bairro Elépi, Chiapoco/SC; Programa MCD-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 425.736,00; dos recursos: R\$ 394.200,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE004499, de 06-11-2013 e R\$ 31.536,00 a conta de contrapartida, Vigência 15-12-2015 - Data e Assinaturas: 19-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e José Claudio Camargo.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊSC, CNPJ 83.028.765-0001-28; Convênio 792676/2013; CONTRATO 1019028-73/2013 MCHDAS/CAIXA; Objeto: Implantação de Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 290.000,00; dos recursos: R\$ 235.650,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE002440, de 29-11-2013 e R\$ 5.350,00 a conta de contrapartida, Vigência 31-03-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Rudimar Boreton.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊSC, CNPJ 83.028.765-0001-28; Convênio 792349/2013; CONTRATO 1009799-66/2013 MDA/CAIXA; Objeto: Aquisição de patrulha agrícola; Programa PRONAT MDA - Manutenção; Valor: R\$ 273.400,00; dos recursos: R\$ 150.000,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175003, Gestão 0001, Programa de Trabalho 21427202921000042, NE 2013NE000239, de 25-11-2013 e R\$ 23.400,00 a conta de contrapartida, Vigência 31-03-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Rudimar Boreton.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE BONINHO CERQUEIRAS, CNPJ 83.028.774-0001-74; Convênio 790014/2013; CONTRATO 1000054-73/2013 MCHDAS/CAIXA; Objeto: Implantação de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária nas Ruas Presidente Kennedy e 15 de Novembro no Município de Dionísio Cerqueira/SC; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 402.500,00; dos recursos: R\$ 394.200,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE001853, de 06-11-2013 e R\$ 8.300,00 a conta de contrapartida, Vigência 31-03-2015 - Data e Assinaturas: 20-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Altair Cardoso Rattes.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GESTEIRO, CNPJ 82.821.174-0001-88; Convênio 790515/2013; CONTRATO 1007832-71/2013 MCHDAS/CAIXA; Objeto: Recuperação em CBUQ de vias urbanas; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 493.100,00; dos recursos: R\$ 493.100,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE001492, de 06-11-2013, Vigência 31-03-2016 - Data e Assinaturas: 20-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e João Carlos Valle.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE IRANILSC, CNPJ 82.039.435-0001-21; Convênio 790244/2013; CONTRATO 1008037-29/2013 MCHDAS/CAIXA; Objeto: Recuperação Asfáltica na Avenida Válcir Zappieri no município de Irani/SC; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 295.300,00; dos recursos: R\$ 295.300,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE001985, de 06-11-2013, Vigência 31-12-2015 - Data e Assinaturas: 20-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Mauri Ricardo de Lima.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE MALHÉTRAS, CNPJ 95.992.020-0001-00; Convênio 797153/2013; CONTRATO 1012289-18/2013 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/CAIXA; Objeto: Aquisição da planta mecanizada Programa PBC/MSA; Valor: R\$ 153.500,00; dos recursos: R\$ 146.250,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 155008, Gestão 0001, Programa de Trabalho 2060829142027 7012, NE 2013NE002832, de 13-12-2013 e R\$ 7.250,00 a conta de contrapartida, Vigência 31-03-2015 - Data e Assinaturas: 20-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Emerson Zanella.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE MORDAÍ - SC, CNPJ 83.028.415-0001-09; Convênio 784210/2013; CONTRATO 1004368-23/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Implantação de requalificação, capa asfáltica e sinalização na Av. Ponta Feliz (trecho entre Av. Lajão e Av. do Engenho), Rua Roberto Weiss (trecho entre Av. do Engenho e Rua Nelson) e Rua Nelson (Pal. Rio), acesso ao bairro Bela Vista, Rua Rufino Koellig (trecho entre Rua Guayana e pavimentação existente) Programa MCD/PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 425.736,00; dos recursos: R\$ 315.004,88, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE001098, de 04-08-2013 e R\$ 23.604,88 a conta de contrapartida, Vigência 16-12-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Lenir da Rocha.

Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse ou Contrato(s) de Transfêrencia celebrado(s) entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305-0001-04 e os seguintes contratados:

MCHDAS - PARAGUARI/RS DE SÃO CARLOS/SC, CNPJ 82.945.718-0001-05; Convênio 790340/2013; Processo 1008040-87/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Pavimentação com pedras irregulares em ruas da cidade; Programa MCD-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 260.000,00; dos recursos: R\$ 245.830,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE001904, de 06-11-2013 e R\$ 14.170,00 a conta de contrapartida, Vigência 24-06-2015 - Data e Assinaturas: 24-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Cláudio Weber Kohn.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/SC, CNPJ 80.913.148-0001-75; Convênio 792816/2013; Processo 1009956-24/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA; Objeto: Implantação de Pavimentação em vias Públicas Urbanas no Município de Santa Helena - Pavimentação asfáltica sobre Pedras Irregulares; Programa MCD-PLANEJAMENTO URBANO - PAVIMENTAÇÃO; Valor: R\$ 343.414,54; dos recursos: R\$ 245.830,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 15451205410730042, NE 2013NE002523, de 20-11-2013 e R\$ 97.584,54 a conta de contrapartida, Vigência 31-03-2016 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Gilson Giordano.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, CNPJ 82.945.718-0001-05; Convênio 788632/2013; Processo 1007077-53/2013 MINISTÉRIO DAS ESPORTEES/CAIXA; Objeto: Construção da 1ª etapa da gestão de esportes no bairro Eldora; Programa Educação e Desporto; Valor: R\$ 400.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00, emenda à conta da União no exercício de 2013, sig 155006, Gestão 0001, Programa de Trabalho 2381220358400642, NE 2013NE000974, de 13-10-2013 e R\$ 137.500,00 a conta de contrapartida, Vigência 26-06-2015 - Data e Assinaturas: 26-12-2013, Ricardo Bier Trojlo e Cláudio Weber Kohn.

MCHDAS-MUNICÍPIO DE BARRO BONITA/SC, CNPJ 01.812.527-0001-30; Convênio 793746/2013; Processo 1010434-

Cont. 785211/2013
 11/12/14
 ERIC
 11/12/14

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

AVISO DE CANCELAMENTO

A Caixa Econômica Federal cancela e torna sem efeito a publicação no Diário Oficial da União de dia 11 de março de 2014, da Circular CAIXA nº 646/14, publicada na Seção 1, página 34 da Edição nº 47, tendo em vista que a referida Circular CAIXA foi anteriormente publicada e encontra-se vigente desde 21 de fevereiro de 2014.

FABIO FERREIRA ELETTO
Vice - Presidente

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS MACEIÓ - AL

EXTRATOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO

Caixa Econômica Federal (GILIE - Alienar Bens Móveis e Imóveis / ME) Processo: 7250.01.0003/2014. Objeto: Venda direta dos imóveis relativos aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 3 e 34, compreendidos da Coeservação Pública - 08001/2014 - CPA/ME; Fundamento Legal: Art.24, inciso V, da Lei 8.666, de 21/06/93; Autuação: Danielle Costa de Aguiar - Presidente da CPA/ME; Raciocínio: Eideben Batista Lisboa - Gerente de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis/ME.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓV IMOV MACEIÓ, AL

Caixa Econômica Federal (GILIE - Alienar Bens Móveis e Imóveis / ME) Processo: 7250.01.0003/2014. Objeto: Venda direta dos imóveis relativos aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, remanescentes da Coeservação Pública - 08001/2014 - CPA/ME; Fundamento Legal: Art.24, inciso V, da Lei 8.666, de 21/06/93; Autuação: Danielle Costa de Aguiar - Presidente da CPA/ME; Raciocínio: Eideben Batista Lisboa - Gerente de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis/ME.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PORTO ALEGRE - RS

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 3/2014

Avista de Licitação - Leilão Público AVISO DE VENDA LEILÃO PÚBLICO Nº 903/2014 CPA/PO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial - Alienar bens Móveis e Imóveis/PO, bens públicos aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de lances, todos dados em garantia de contratos de Penhor, penhoras, penhoras, com conjunto de mobiliário, jóias, relógios, canetas, monedas, terras de cultivo e demais objetos, vinculadas a contratos de Penhor emitidos nas Agências Praça Rui Barbosa (0453), Praça da Alameda (0428), Shopping Iguaçu (0429), Assis Brasil (0431), Bom Fim (0433), Centro Faria (0442), Profisso Alves (0447), São João (0449), Gilda Lopes (0450), Oásis Resha (0451), Independência (0454), Cascos (0455), Gervásio (0478), Novo Hamburgo (0490), Mont Serrat (1388), Hágé (0505), Bem Gonçalves (0557), Cachoeira do Sul (0459), Casais do Sul (0465), Cruz Alta (0467), Erichim (0470), Ijuí (0483), Passo Fundo (0494), Pelotas (0497), Rio Grande (0497), Santa Cruz do Sul (0500), Santa Maria (0503), Santo Angelo (0504), Livramento (0505), Uruguai (0520), Vacaria (0527), Cachoe (0522) localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, suspensão há mais de 90 dias. O Edital de Licitação, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual se parte integrante o presente Aviso de Venda, está à disposição dos interessados de 16/03/2014 a 03/04/2014, em seu endereço (nº) Agência(s) da CAIXA situada(s) Rua Ao Julos Castilhos, 276 em Porto Alegre/RS, na página da CAIXA na internet www.caixa.gov.br/vimimedios, opção Ediais e Catálogos e na Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis/PO, strada Rua General Vitorino, 32 - 3º andar - Porto Alegre/RS. A exposição dos imóveis dos lotes ocorrerá dos dias 28/03/2014 a 02/04/2014 no site da CAIXA na internet, no endereço www.caixa.gov.br/vimimedios, opção Vitrine de Imóveis. Os lances são efetuados nos terminais de auto-atendimento localizados em qualquer agência da CAIXA nos dias 02/04/2014, no horário de funcionamento das salas de auto-atendimento. A divulgação do resultado do leilão será efetuada no dia 03/04/2014, nos meios locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA na internet www.caixa.gov.br/vimimedios, opção Resultados, Porto Alegre/RS/MS/RS/2014 A COMISSÃO

CARLOS ROBERTO VERDI
Gerente de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS SÃO LUÍS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 3.2004/2014

LEILÃO PÚBLICO Nº 0003.2004/2014 - A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis/AL - GILIE/AL, semia pública aos interessados que venderá pela maior oferta e por meio de lances, todos relativos a contratos de penhor emitidos na cidade de Teresina/PI vinculados a mais de 30 dias. O Edital de Leilão, contendo as condições

para habilitação, preços, prazos e demais disposições regulamentares do qual se parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 17/03/2014 a 01/04/2014, em seu endereço (nº) Agência(s) da CAIXA situada(s) no Estado do Piauí, na página da CAIXA na internet www.caixa.gov.br/vimimedios na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - Representação em Teresina/PI - RELIETE, situada no Arr. Campos Sales, nº313, Centro Norte - Teresina/PI, no horário de 09:00h às 13:00h. A exposição dos lotes ocorrerá nos dias 28/03/2014 a 01/04/2014, no site da CAIXA na internet, no endereço www.caixa.gov.br/vimimedios. Os lances deverão ser efetuados por meio de terminais de auto-atendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, no dia 01/04/2014, no horário bancário de funcionamento das salas de auto-atendimento, limitado às 20:00h. A divulgação do resultado do leilão será efetuada no dia 02/04/2014, nos meios locais onde foi divulgado o Edital de Leilão e na página da CAIXA, na internet, no endereço www.caixa.gov.br/vimimedios. A COMISSÃO CPA/AL.

MERCIO CALAZANS GONCALVES CARD
Gerente de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL COMUNICAÇÃO E MARKETING BRASÍLIA - DF

EXTRATO DE INENABILIDADE DE LICITAÇÃO

Contrata: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - objeto: Congresso Nacional da OAB - Encontro Preparatório para a XXI Conferência Nacional dos Advogados, modalidade de licitação: contratação direta, com inabilitação de licitação, conforme art. 25, da Lei 8.666/93. R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); autorização: OF AP 883/2014

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BELÉM - PA

EXTRATO DE CONTRATO

Gerência de Filial Desenvolvimento Urbano e Rural de Belém Extrato de Contrato de Repasse Extrato de Contrato de Repasse celebrado entre a União Federal, por meio do Gestor abaixo identificado, representado pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.385/0001-04 e o seguinte contratado: Município de Soeira, contrato MCH/DADES/Município de Soeira/PA, CNPJ 05.133.863/0001-50, CTR 2012/02012/MCH/DADES/CAIXA; Objeto: Planejamento Acabado das Ruas no Município de Soeira; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais); das despesas: R\$ 304.200,00 (Trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), contrato à conta da União no exercício de 2014, 143.175/004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120531D750002, AE 2012NCR02033, de 11/12/2012, e R\$ 5.800,00 a conta de contrapartida, Vigência 12/03/2016 - Data e Assinatura: 12/03/2014, Evento: Sarcos de Lima - Superintendente Regional do Sore do Pará, João Luiz Oliveira Souza Melo - Prefeito Municipal de Soeira.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BELO HORIZONTE - MG

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo de prorrogação da vigência do Termo de Compromisso 0152.310-20/2012 - Municípios da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG. Prorroga vigência para 31/03/2016 através do Termo Aditivo de 13/03/2014.

Termo Aditivo de prorrogação da vigência do Contrato de Repasse 0336.026-04/2010 - Municípios da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG. Prorroga vigência para 30/03/2014 através do Termo Aditivo de 10/03/2014.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CAMPO GRANDE - MS

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL. Rescisão do Contrato de Repasse nº 0148.382.76/2010 Contratante CAIXA/MS, Contratado Secretária de Estado de Saúde/MS, data 08/03/2014, Rescisão do Contrato de Repasse nº 763506-2011 Contratante CAIXA/MS, Contratado Secretária de Estado de Saúde/MS, data 09/03/2014.

RETIFICAÇÃO

Contrato de Repasse nº 779980/2012 Contratante CAIXA/MAPA, Contratado Município de Ribas do Rio Pardo/MS, DOI 008 de 13/03/2014, seção 3, página 92, onde se lê cfr 779980/2013, leia-se cfr 779980/2012. Contrato de Repasse nº 771748/2012 Contratante CAIXA/MT, Contratado Município de Ribas do Rio Pardo/MS, DOI 008 de 13/03/2014, seção 3, página 92, onde se lê cfr 771748/2013, leia-se cfr 771748/2012. Contrato de Repasse nº 769532/2012 Contratante CAIXA/MAPA, Contratado Município de Ribas do Rio Pardo/MS, DOI 008 de 13/03/2014, seção 3, página 92, onde se lê cfr 769532/2013, leia-se cfr 769532/2012.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CARUARU - PE

RETIFICAÇÕES

CTR 1.005.401-11/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PM GLÓRIA DE GOIÁ/PE, DOI de 30/12/2013, seção 3, página 123, onde se lê CTR 1.005.401-15/2013, leia-se Termo de Compromisso nº 78321/2013.

CTR 1.006.109-83/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PM GLÓRIA DE GOIÁ/PE, DOI de 30/12/2013, seção 3, página 121, onde se lê Data e assinatura 24/12/2013, leia-se 24/12/2013, Termo de Compromisso nº 789944-2013.

CTR 1.004.210-82/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PM GOIÂNIA/PE, DOI de 13/11/2013, seção 3, página 157, onde se lê CTR 1.004.210-58/2013, leia-se CTR nº 78321/2013.

CTR 1.006.397-17/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PM GOIÂNIA/PE, DOI de 13/11/2013, seção 3, página 157, onde se lê CTR 1.006.397-15/2013, leia-se CTR nº 78321/2013.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CURITIBA - PR

EXTRATO DE RESCISÃO

Rescisão do Termo de Compromisso nº 363.448-65/2011, CAIXA/MNC, Compromissário PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, data 13/03/2014.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE FEIRA DE SANTANA - BA

RETIFICAÇÃO

Contrato de Repasse nº 009045-07/2013 Contratante CAIXA/RCADES, Contratado Município de Agua Fria/BA, DOI de 30/12/2013, seção 3, página 123, onde se lê Vigência 05/05/2016, leia-se: Vigência 05/05/2016. Contrato de Repasse nº 0100857-44/2013 Contratante CAIXA/RCADES, Contratado Município de Barbacena, DOI de 02/01/2014, seção 3, página 61, onde se lê Vigência 05/12/2014 leia-se: Vigência 05/05/2016.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE JOÃO PESSOA - PB

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato de Convênio para ressarcimento de recursos celebrado entre Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.385/0001-04 e o seguinte contratado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PARÁIBA, CNPJ 08.993.917-0001-06 Operação 0334-14-11, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no empreendimento RESIDENCIAL MARUM VERDE/28501 JV, localizado à Rua Professor, Loteamento Buncos - Bairro Três Irmãs, no Município de CAMPINA GRANDE/PB, no valor de R\$ 519.800,00 (quinhentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta reais), com vigência de 01/03/2014 a 01/05/2015, firmado em 01/02/2014, assinado por KLAN FERREIRA DE MIRANDA e BOMERO RODRIGUES VEIGA.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

RETIFICAÇÃO

Contrato de Repasse nº. 0232841-00/2007 Contratante CAIXA/MS, Contratado BARREFOZES/SP, DOI de 08/01/2008, seção 3, página 67, onde se lê: 0233016-00/2007, leia-se: 0232841-00/2007.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE SOROCABA - SP

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CTR 261508 / 2011 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA, Contratante: LEILÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO DAS CIDADES, Contratado: MUNICÍPIO DE SOROCABA, altura valor da NE 2011XSE89981 pº R\$ 147.650,00, T. Aditivo - 12.03.2014.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TERESINA - PI

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato de Repasse celebrado entre a União Federal, por meio do Gestor abaixo identificado, representado pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.385/0001-04 e o seguinte contratado: FNASA/CORRENTE/PI, CNPJ/MF 0635427000171, CTR 792609/2013-2013/FNASC/CAIXA; Processo: 2635.1010315-26/2013 Objeto: contratação da sede de serviços de proteção social básica construção de centro de referência de assistência social PROGRAMA FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; Valor: R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) contrato à conta da União, no exercício de 2013, 154.550/015, Gestão